

A cooperação em segurança e defesa entre Brasil e Angola¹

Paulo Gustavo Pellegrino Correa²

Naiara de Souza Oliveira³

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar as práticas de cooperação Sul-Sul entre Brasil e Angola no campo da Defesa através das atividades realizadas de maneira bilateral e multilateral (através da CPLP e ZOPACAS). O recorte temporal se dará entre o governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e o primeiro governo Dilma (2011-2014), uma vez que a política externa brasileira para a África ser mais forte durante o governo Lula e grande parte dos acordos de Segurança e Defesa são firmados durante o governo Dilma. Nossa questão norteadora busca compreender se as atividades de cooperação firmadas de maneira multilateral exercem alguma influência na criação de práticas bilaterais de cooperação em Segurança e Defesa entre as nações envolvidas. Nossa metodologia consiste em análise documental de acordos de cooperação em Defesa firmados entre Brasil e Angola, dentro da ZOPACAS e na CPLP e na bibliografia produzida sobre o tema. Nossos resultados apontam que a cooperação em S&D também se mostra vantajosa para a indústria bélica brasileira, que enquanto reestrutura as capacidades militares dos países necessitados, também gera lucro interno aumentando os níveis de exportações e cria emprego no Brasil. Além disso, esse processo incentiva o desenvolvimento de ciência e tecnologia.

Palavras-Chave: Cooperação Sul-Sul. Defesa. Brasil. Angola. CPLP. ZOPACAS.

¹ Este ensaio foi produzido a partir das pesquisas financiadas pelo Edital 031-2013 (Pro-Defesa/CAPES).

² Doutor em Ciência Política. Pró-Reitor de Cooperação e Relações Interinstitucionais. Professor do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Amapá- UNIFAP. Pesquisador do Observatório das Fronteiras do Platô das Guianas- OBFron. E-mail: paulogustavo1978@gmail.com.

³ Bacharel em Relações Internacionais. Especialização em International development na Centennial College (Toronto-Canadá). E-mail: naiara_so_@hotmail.com

Introdução

A partir da descoberta do Pré-Sal (em 2007) e da emergência de alguns países africanos, a área do Atlântico Sul (AS) teve sua importância multiplicada. Consequentemente, o interesse de agentes externos se voltou para esta zona promissora e passou a ser necessário que políticas mais eficientes para a manutenção da segurança da área fossem formuladas. Como o Atlântico Sul está sob a soberania de diversos países com fraco poderio bélico, a cooperação em Defesa se mostra uma maneira eficaz e vantajosa para que a área se mantenha estável e pacífica.

Brasil e Angola são dois Estados que apresentam várias características semelhantes. A emergência do Atlântico Sul e também da África Austral representam fatos que somam a favor de que atividades de cooperação em Segurança e Defesa (S&D) entre os países da área se intensifique. Este artigo estudará as práticas de cooperação em Segurança e Defesa entre estes dois países com o objetivo de compreender como a cooperação nesta área atua como um mecanismo de garantia de paz no Atlântico Sul. Também serão analisadas as iniciativas de cooperação dadas em nível multilateral, com foco na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), através desta análise busca-se observar se as atividades de cooperação firmadas multilateralmente exercem alguma influência na criação de iniciativas de cooperação bilateral em Segurança e Defesa.

O estudo será feito se baseando na análise documental de acordos de cooperação em Defesa firmados entre Brasil e Angola, dentro da ZOPACAS e na CPLP e na bibliografia produzida sobre o tema. O recorte histórico se dará entre o governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e o primeiro governo Dilma (2011-2014), pois, apesar da política externa brasileira para a África ser mais forte durante o governo Lula, grande parte dos acordos de Segurança e Defesa são firmados durante o governo Dilma.

O artigo está dividido em três partes: Na primeira é feita uma breve contextualização histórica sobre a aproximação do Brasil com o continente africano (e posteriormente com Angola) através dos tempos; a segunda parte explica a cooperação Sul-Sul na agenda brasileira; a parte final apresenta um levantamento das principais iniciativas em Segurança e Defesa envolvendo o Brasil, tanto em nível multilateral como no âmbito bilateral.

Uma breve contextualização histórica

Antes de se adentrar nas questões entre Brasil e Angola é necessário que se discorra sobre as relações entre o Brasil e o continente africano. Estas relações se iniciaram no período colonial e estavam relacionadas ao tráfico negreiro que transportava africanos para servirem de escravos nas Américas. Contudo, a política externa brasileira toma mais intensidade, de fato, a partir da Política Externa Independente (PEI) que teve início no governo Jânio Quadros (de janeiro a agosto de 1961) e continuidade com o governo de João Goulart (de setembro de 1961 a março de 1964). Neste último governo, a ênfase da política externa brasileira foi a construção da capacidade de atuação autônoma do país buscando desenvolvimento econômico, político e social e a aproximação com os países africanos era parte deste processo.

A PEI consistia em "uma política sem compromissos, que procurava obter vantagens para o país em um mundo dividido em dois blocos" (CERVO & BUENO, 2010). Desta forma, o Brasil encontrava na África oportunidades de mercados alternativos que fariam com que sua economia se afastasse dos grandes centros de poder e não se tornasse tão dependente deles.

No ano de 1975, em plena ditadura militar comandada por Ernesto Geisel (1974-1979), o Brasil é um dos primeiros Estados a reconhecer a independência de Angola, mesmo sendo um movimento de libertação com raízes comunistas. Um dos principais motivos seria os novos mercados consumidores que estes Estados recém-libertos representavam para a economia brasileira, que buscava se afastar do protecionismo e das barreiras alfandegárias impostas pelos países ricos a suas exportações.

A guerra civil que se instaurou em Angola entre os anos de 1975 e 2002 impossibilitou o país de se desenvolver economicamente, limitando sua capacidade de interação com outros atores internacionais. Cenário de diversas intervenções internacionais devido ao conflito, a aproximação entre Brasil e Angola se fortaleceu a partir das Missões de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM), que se deram em três versões (UNAVEM I(1989-1991); UNAVEM II(1991-1995) e UNAVEM III(1995-1997) e que tiveram a finalidade de verificar a situação de guerra civil do território angolano e contaram com intensa participação brasileira. É importante destacar a última missão, que teve o Brasil como um dos maiores contribuintes de tropas e que por alguns anos foi considerada a maior operação de paz realizada pela Organização das Nações Unidas.

Após a última UNAVEM, a situação de guerra civil em Angola já estava relativamente sob controle e no ano de 2002, finalmente o conflito interno chega ao fim e com isso, o país pôde recuperar o fôlego e se reestruturar. A partir deste novo começo, Angola consegue experimentar a estabilidade e níveis acelerados de crescimento, atingindo um nível maior que 20% em 2005 e 2008 (SAMPAIO, 2013). Um dos fatos mais importantes com esta situação foi a possibilidade de Angola se envolver em novos assuntos, atraindo maior visibilidade internacional para si.

O governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) teve como estratégia a "autonomia pela diversificação" (VIGEVANI & CEPALUNI, 2007), que consistia em contribuir para um maior equilíbrio internacional, fortalecer relações bilaterais e multilaterais de forma a aumentar o peso do país nas negociações políticas e econômicas internacionais, adensar relações diplomáticas no sentido de aproveitar as possibilidades de maior intercâmbio econômico não apenas com os países do norte, diversificando as relações brasileiras. Na esteira dessa direção da política externa brasileira, as relações brasileiras com a África foram aprofundadas.

Angola e Brasil possuem várias características em comum: mesmo idioma, dividem uma fronteira marítima no Atlântico Sul, compartilharam importantes episódios históricos e têm formação geológica semelhante tendo em vista que há milhões de anos ambos faziam parte da Gondwana Ocidental (característica que explica o motivo de ambos os países possuírem petróleo na camada Pré-Sal). Estes fatores aproximam ainda mais os dois Estados, possibilitando atividades de cooperação nos mais variados campos.

A cooperação Sul-Sul brasileira

A Cooperação Sul-Sul consiste em uma modalidade de cooperação que envolve dois países em desenvolvimento. A partir da prática Sul-Sul, os países envolvidos buscam formular acordos através do diálogo, focando na resolução de problemas da realidade local. Assim, as mudanças tendem a ser mais efetivas. Muitos dos Estados receptores da cooperação Norte-Sul (entre um país já desenvolvido e outro não desenvolvido) tinham críticas em relação à modalidade Norte-Sul por argumentarem que ela se assemelhava a uma dominação e que a ajuda não compreendia as reais necessidades do ambiente.

O que acontece de forma mais recorrente em negociações de cooperação para o desenvolvimento na vertente Norte-Sul é a montagem de programas compostos por temas que, não obstante contemplarem linhas de ação vinculadas a problemas e deficiências estruturais comuns à maioria dos países em desenvolvimento, a exemplo da Saúde, Educação [...], etc. as opções estratégicas de como abordar esses problemas muitas vezes refletem paradigmas alheios às realidades locais, alinhando-se aos interesses de longo prazo dos países doadores. (CORRÊA, 2010)

A cooperação Sul-Sul brasileira possui características que se baseiam na transferência de saberes e no princípio *demand driven*, ou seja, cria seus projetos de acordo com o que o país a ser ajudado diz ser necessário. Em relação ao continente africano, o foco principal da cooperação do Brasil é sobre os Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOPS)⁴ e posteriormente para os demais Estados do continente. De acordo com Jorge (2011) a cooperação com os PALOPS funciona como uma ponta de lança para, posteriormente, servir como base para toda a entre Brasil e África.

O continente africano é o segundo maior receptor de cooperação Sul-Sul proveniente do Brasil. No ano de 2010, os gastos brasileiros com cooperação internacional para o desenvolvimento direcionados para o continente foram de R\$ 64.680.495 (BANCO MUNDIAL; IPEA, 2011). Do total da quantia referente à África, Angola é o quinto país mais beneficiado, uma parcela equivalente a 7,2% do dinheiro enviado ao continente, que corresponde a R\$ 4.652.166. Até o ano de 2013, cerca de 700 projetos brasileiros de cooperação estavam sendo direcionados ao continente africano, Angola foi o terceiro Estado mais beneficiado ao receber 58 projetos de cooperação (PORTAL BRASIL, 2013).

Por ser uma modalidade de cooperação que envolve países em desenvolvimento, a cooperação Sul-Sul se diz horizontal. Apesar disso, a assimetria entre os países envolvidos aumentou consideravelmente a partir da criação dos BRICS⁵, que criou uma nova divisão entre os países em desenvolvimento. Nota-se esta desproporcionalidade, por exemplo, na relação de cooperação entre Brasil e Angola, já que, mesmo sendo um dos países mais promissores do PALOPS e com grande crescimento e potencial no continente africano, Angola ainda é consideravelmente menos desenvolvida, em relação ao Brasil. Corrêa (2010) explica que:

⁴ O grupo dos PALOPS inclui os seguintes países: Angola; Cabo Verde; Guiné-Bissau; Moçambique e São Tomé e Príncipe.

⁵ Bloco de países emergentes formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

Na cooperação Sul-Sul, é possível encontrar desde casos que praticamente reproduzem uma situação típica "Norte/Sul", em que um país em desenvolvimento é muito mais avançado do que o seu "parceiro", como casos com níveis semelhantes de desenvolvimento. O caráter horizontal das relações de cooperação Sul-Sul seria um de seus princípios condutores, mas realisticamente, não pode ser considerado como presente em todas as situações onde o país cooperante assume um papel mais protagonista do que o do país parceiro da iniciativa de cooperação. [p. 51]

Mesmo que alguns autores sustentem que ao praticar a cooperação Sul-Sul, o retorno do Brasil não será muito grande, deve-se ter em mente que as atividades de cooperação brasileiras aumentam sua projeção internacional. Além do mais, essa prática estrategicamente aumenta a inserção internacional dos Estados africanos auxiliados. Assim, em fóruns e discussões internacionais, estas nações podem acabar representando aliados importantes para o Brasil e desta forma, a política africana do Brasil se mostra como um investimento a longo-prazo.

Um fator que impulsiona os esforços para que práticas brasileiras de cooperação Sul-Sul sejam desenvolvidas para os Estados africanos (principalmente os com costa para o Atlântico) seria a emergência política, estratégica e econômica que a área do Atlântico Sul se tornou: não só a zona apresenta grandes reservas petrolíferas, com plataformas de petróleo *offshore* e a presença do mineral na camada Pré-Sal (existente no Brasil e em países da África, como Angola), como também o notável crescimento acelerado de países africanos fizeram com que o Atlântico Sul tivesse seu valor redobrado.

Observemos o caso de Angola: após sua guerra civil, o país pôde vivenciar um crescimento acelerado, além do mais seu potencial energético é muito elevado, sendo o segundo maior produtor de petróleo na região e possuindo potencial para exportar gás natural (KRIEGER, 2013). Este potencial pode ser mais elevado se tomarmos em conta que recentemente foi constatado que Angola também possui petróleo na camada Pré-Sal de sua Plataforma Continental, assim como o Brasil. Então, por possuírem tais características em comum e terem o Atlântico Sul como seu litoral, atividades de cooperação entre Brasil e Angola se mostram vantajosas, uma vez que se podem identificar fatores em comum que podem interessar a ambos.

Por terem tantas características em comum, a Cooperação Sul-Sul brasileira, não só para Angola como também para diversos Estados africanos, pode se dar tanto em nível multilateral como bilateral. Neste estudo, no que diz respeito ao nível multilateral, serão analisadas algumas das atividades de Cooperação Sul-Sul ocorridas na CPLP e ZOPACAS por se notar que seus componentes são majoritariamente países em desenvolvimento e com

costa para o Oceano Atlântico (desta forma as coincidências aumentam o engajamento dos países em atividades de cooperação para o benefício dos envolvidos).

Cooperação em Segurança e Defesa: Da CPLP e ZOPACAS até a cooperação bilateral.

Como já mencionado anteriormente, o governo Lula foi marcado pela profunda atenção ao continente africano. Assim, iniciativas de cooperação com diversos países da África se multiplicam e um foco maior foi dado a fóruns de discussão internacional que envolvem o Brasil e estes países, como é o caso da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).

A CPLP foi criada em 1996, durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Esta organização aproxima os Estados que possuem o português como língua oficial e promove o diálogo entre os países envolvidos. Nela são discutidos temas de cooperação em todos os domínios, desde questões sobre cultura, até temas relacionados à Defesa. Dos nove membros da Comunidade, seis são países africanos (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique e São Tomé e Príncipe), um é europeu (Portugal), um é sul-americano (Brasil) e outro, asiático (Timor Leste).

O Brasil na CPLP busca incrementar suas atividades de Cooperação Sul-Sul e estreitar seus laços com os países-membros. Tendo em vista que a maioria dos integrantes da Comunidade são países africanos, a CPLP representa mais oportunidades para a aproximação do diálogo brasileiro com os países do continente vizinho. Brasil e Portugal representam a base das atividades de cooperação na CPLP, já que são os países mais desenvolvidos e, conseqüentemente, os principais condutores de projetos de cooperação. Além do mais, entre os membros, acabam sendo os países com mais influência no cenário internacional. Desta forma, Brasil e Portugal passam a ter o papel de *region-builders*, adquirindo a capacidade de influenciar nos padrões de relacionamento entre os Estados da região (ABDENUR; DE SOUZA NETO, 2014).

Nesse sentido, a articulação luso-brasileira é elemento essencial à construção de uma plataforma atlântica, cooperativa e utilitária, na articulação dos projetos pela via da troca de experiência na África, direta, mediando negócios e interesses, valorizando tanto a língua quanto as oportunidades econômicas. (SARAIVA, 2002)

Contudo, nota-se que Angola também vem buscando certo protagonismo dentro da CPLP. Atualmente o país assumiu a presidência parlamentar rotativa da comunidade (ANGOLA EMBASSY). Desta forma, a nomeação do Estado passa a "Complementar de maneira saudável as atuações de Brasil e Portugal, países que, por força de

suas circunstâncias políticas, históricas e econômicas, foram os que inicialmente deram maior impulso à CPLP" (JORGE, 2011).

No tocante às práticas de cooperação em Segurança e Defesa na CPLP, deve-se destacar atividades como a "II Reunião Ministerial dos Países de Língua Portuguesa", na qual foi destacada a importância da discussão sobre a temática de Defesa e foi proposta a criação de um secretariado da comunidade especializado em assuntos deste gênero, ainda nesta reunião, acordou-se a "globalização" da cooperação em Defesa na CPLP (VAZ; MIGON, 2013).

O diálogo sobre esta temática dentro da comunidade também se dá através de simpósios, como os "Simpósios das marinhas da CPLP", que buscam aproximar as marinhas dos países-membros reunindo ministros, comandantes e outros oficiais para que questões sobre a Defesa, especialmente a da área do Atlântico Sul sejam debatidas.

As Operações Felino, que acontecem anualmente desde 2000, também são iniciativas importantes no que diz respeito à cooperação em Segurança e Defesa (S&D) dentro da comunidade. Elas consistem em exercícios militares combinados entre os exércitos dos países-membros, com foco na capacitação nas áreas de ações humanitárias e operações de paz, desta forma há troca de experiências entre as forças-armadas participantes e estreitamento de laços através das atividades praticadas.

Também há dentro da comunidade o exemplo da "Estratégia da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa para os Oceanos", aprovada em 2009, que prediz a projeção da CPLP e de seus membros no cenário internacional através de uma concertação político-diplomática e da cooperação em variadas áreas. Há nesta estratégia tópicos sobre ordenamento de espaço marítimo; segurança e vigilância marítima, entre outros.

Apesar da CPLP ser formada majoritariamente por países com baixo peso no cenário internacional, ela se mostra bastante útil para o Brasil, que além de conseguir maior aproximação com os países africanos lindeiros⁶ do Atlântico Sul, também acaba tendo sua zona de influência expandida através das atividades nela realizadas.

Dentro Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul também existem diversas atividades de cooperação em Defesa entre os países-membros, já que os pilares de sua criação se baseiam em princípios de cooperação e pacificidade. A proposta para a criação da

⁶ Neste estudo será utilizado o termo "lindeiros" para se referir aos países africanos com costa para o Atlântico Sul.

ZOPACAS, que transformaria o Atlântico Sul em uma zona com prevalência da paz e cooperação, foi enviada à Organização das Nações Unidas no ano de 1980. Sua aprovação se deu no ano de 1993 e países africanos e sul-americanos puderam se reunir como integrantes da zona de modo a alcançar o objetivo proposto, que seria deixar longe da área a intervenção de potências externas e a propagação de armamento nuclear e destruição em massa (AMORIM, 2013).

O estabelecimento de, em 1993, por iniciativa brasileira, da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul cria possibilidades de cooperação sistemática entre a África Austral e os países do MERCOSUL, recriando certa margem de manobra internacional. (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2013)

Dos 24 membros da ZOPACAS, 21 deles são países africanos e desta forma, a iniciativa possibilita o Brasil se aproximar ainda mais dos Estados do continente vizinho. Durante o governo Lula a ZOPACAS se tornou "fórum político e diplomático preferencial na promoção do desenvolvimento e da cooperação regional" (PENHA, 2012). Assim, o contato com Estados africanos ribeirinhos⁷ do Atlântico Sul e a discussão sobre questões de cooperação, paz e segurança na área ganharam nova importância e protagonismo na agenda brasileira.

No ano de 2007, foi proposta por Angola a revitalização da ZOPACAS durante a VI reunião dos países-membros da zona em Montevidéu. A partir desta revitalização, questões sobre Segurança e Defesa ganharam mais destaque, já que a importância política, econômica e estratégica da área havia aumentado. Desta reunião foram derivadas a "Declaração de Montevidéu" e o "Plano de Ação de Montevidéu". A primeira foi assinada pelos membros para afirmar o comprometimento dos países envolvidos com as novas propostas traçadas, já o plano de ação consistia em um documento de planejamento para a execução das propostas estabelecidas.

No que diz respeito às iniciativas de cooperação em Segurança e Defesa dentro da ZOPACAS, deve-se destacar algumas propostas como: aumento da cooperação entre as forças armadas dos Estados-membros; Troca de informações sobre documentos de política de Defesa e Estratégia; Promoção de exercícios combinados entre os membros; cooperação para salvaguarda de segurança marítima, reforço das capacidades navais na área, etc. (ZOPACAS, 2013).

⁷ Neste artigo o termo "ribeirinho" será usado para se referir aos Estados com costa para o Atlântico Sul.

Para o cumprimento do Plano de Ação de Montevidéu, o Brasil se empenha na promoção de algumas iniciativas dentro da ZOPACAS, liderando atividades de adestramento com as Marinhas de diversos países costeiros da África (CALDAS, 2013) e promovendo algumas atividades de capacitação, como o "I Seminário de Segurança e Vigilância do Tráfego Marítimo e Busca e Salvamento para membros da ZOPACAS", que contou com o apoio da Agência Brasileira de Cooperação.

O Brasil é um dos países mais atuantes no que diz respeito à Cooperação Sul-Sul no âmbito da Defesa, e por ter as Forças Armadas relativamente mais preparadas e equipadas em comparação aos países africanos⁸, é um dos grandes contribuintes para a manutenção do Atlântico Sul como uma área pacífica. A cooperação no campo da Segurança e Defesa garante a paz na região por atuar como um fator de dissuasão, ou seja, os Estados da zona, mesmo tendo fraco poderio militar, ao se unirem através da cooperação militar, acabam preenchendo a lacuna de suas fracas capacidades bélicas, assim, conseguem manter potências externas mais afastadas da região, reafirmando sua presença e demonstrando que a área não se encontra abandonada.

No caso de Angola, a cooperação no campo da Defesa e Segurança é vantajosa no sentido de que suas Forças Armadas possuem um poderio incapaz de proteger suas riquezas naturais concentradas em seu litoral. Desta forma, a cooperação em Defesa é uma ótima maneira do país garantir a segurança de seus recursos naturais, já que estas práticas militares conjuntas, além de auxiliarem na construção de um círculo de confiança entre os Estados, também acabam representando um fator dissuasório para potências externas interessadas na zona.

As discussões sobre S&D feitas em âmbito multilateral acabam impulsionando acordos de cooperação bilateral entre o Brasil e os demais países-membros. Através destes fóruns de discussão multilateral há uma aproximação do diálogo entre os países envolvidos e, posteriormente, é possível identificar áreas nas quais os Estados desejam cooperar, possibilitando a elaboração de projetos de cooperação bilateral se for do interesse de ambos. É o caso da relação entre Brasil e Angola, que além de fazerem parte de atividades de cooperação em S&D em fóruns multilaterais, como ZOPACAS e CPLP, também praticam a modalidade bilateral de cooperação neste âmbito. Ou seja, além de contarem com as

⁸De acordo com dados do Global Fire Power, o Brasil possui as Forças Armadas mais bem equipadas da Região, ocupando a 14ª posição em um ranking de 116 países. Disponível em: <http://www.globalfirepower.com/countries-listing.asp>. Acesso em 09 nov. 2014.

iniciativas envolvendo os países-membros destas plataformas, decidem aprofundá-las ao se proporem a cooperar bilateralmente.

A iniciativa de entendimento técnico de auxílio para o levantamento da plataforma continental angolana de 2011 ilustra essa aproximação bilateral, que foi uma parceria entre Brasil e Angola que contava com o auxílio técnico brasileiro no levantamento da Plataforma Continental angolana. Desta maneira, tendo o conhecimento real do potencial da plataforma continental de Angola, o país poderia reivindicar à ONU a expansão de sua Zona Econômica Exclusiva. Além do mais, este conhecimento também contribui para que estratégias de cooperação em S&D sejam formuladas adequadamente. De acordo com Abdenur & De Souza Neto (2014), através de atividades de cooperação em Defesa como estas, o Brasil busca enfatizar preocupações em comum entre os países auxiliados.

Como a cooperação Sul-Sul brasileira tem entre suas características principais o foco na transferência de saberes, atividades de capacitação de militares se mostram como uma das principais formas de cooperação bilateral nesta área. Com o acordo de cooperação técnica na área da Defesa firmado entre o Ministério da Defesa do Brasil e a Agência Brasileira de Cooperação em 2010, práticas de cooperação em Defesa com foco na capacitação de militares foram fortemente encorajadas entre Brasil e alguns países africanos, com destaque especial aos membros do PALOP. Desta parceria, a primeira atividade de cooperação entre Brasil e Angola se deu em 2011 e se estendeu até o ano de 2013 e outra versão deste gênero teve início em 2012 e fim em 2014. A primeira tinha como objetivo, além da capacitação de militares angolanos, fortalecer as relações entre Brasil e Angola e aumentar o intercâmbio com os PALOP; a versão de 2012 também tinha como foco o treinamento de militares estrangeiros, sendo que a formação de militares angolanos estava prevista. Atualmente uma terceira versão desta atividade de cooperação com foco aos membros do PALOP está em curso, sua previsão para terminar está marcada para 2015.

O Brasil também realiza atividades de intercâmbio de oficiais, no qual militares de outros países vêm estudar nas dependências brasileiras de estudos estratégicos. A figura a seguir mostra a quantidade de militares angolanos que receberam treinamento em dependências brasileiras:

Figura 1: Quadro apresentando o número de militares angolanos no Brasil 2001-2011

Instituição	Número de militares
Exército	82
Marinha	22
Força Aérea	18

Org: Naiara Oliveira

Dados: Livro Branco de Defesa Nacional

Fonte: OLIVEIRA, N. 2015.

Por Angola possuir Forças Armadas pouco estruturadas e ainda dependentes de outros Estados na aquisição de equipamentos militares, o país conta com exportações brasileiras para auxiliar nesta reestruturação⁹. Desta forma, a cooperação em Defesa também se mostra vantajosa para a indústria bélica brasileira.

A compra de seis aviões combate A-29 Super Tucano da Embraer por Angola em 2013 demonstra esse potencial, quando foi anunciado que o Brasil auxiliaria na estruturação de sua indústria de Defesa (DEFESANET). Para o Brasil, estes países africanos representam a oportunidade de novos mercados consumidores para as empresas brasileiras, aumentando a exportação do país, gerando emprego internamente¹⁰ e evitando o sucateamento do parque industrial bélico brasileiro.

No que diz respeito ao poder naval angolano, também há cooperação brasileira para auxiliar em seu desenvolvimento: o "Memorando de Entendimento Técnico entre o Ministério da Defesa Nacional da República de Angola no Âmbito da Cooperação Sobre o Programa de Desenvolvimento de Poder Naval de Angola- PRONAVAL", assinado em 2014. Este documento prevê a obtenção de sete navios-patrolha de 500 toneladas pelo Estado Angolano, destes sete navios, os quatro primeiros serão construídos no Brasil, sendo que oficiais angolanos participarão do processo como forma de qualificação de pessoal; os três navios restantes serão construídos em Angola, já com seus oficiais devidamente treinados e capacitados. Além disso, consta no memorando a cooperação brasileira na capacitação de Recursos Humanos e qualificação das tripulações angolanas pela Marinha Brasileira. Este

⁹ Não só Angola, como também grande parte dos países africanos sul-atlânticos possuem esta deficiência e são parceiros do Brasil no que diz respeito à aquisição de materiais bélicos.

¹⁰ "A indústria de defesa gera cerca de 25 mil empregos diretos e cem mil indiretos [Abimde (2011)]. Em 2011, a indústria brasileira empregou aproximadamente 11,2 milhões de trabalhadores formais, e a indústria de defesa, empregou quase 7,7 milhões [MDIC (2012)]" (CORREA FILHO et al., 2013)

memorando traduz claramente a maneira brasileira de Cooperação Sul-Sul, que dá ênfase na troca de conhecimentos.

Percebe-se que, no campo da segurança e defesa, não há intenção de criar um grande mecanismo coletivo de defesa capaz de atuar para garantir a utilização sem constrangimentos ou ameaças do Atlântico Sul, mas sim uma cooperação para que os países africanos lindeiros do Atlântico possam construir forças armadas e de segurança pública capazes de garantir a paz interna e, conseqüentemente, regional. Assim, o Brasil estaria colaborando para um mundo mais seguro ao mesmo tempo que conseguiriam uma melhor articulação com diversos atores do sistema internacional. (AGUILAR, 2013)

Diante do exposto, notamos a potencialidade das atividades de cooperação do Brasil em nível multilateral criando laços de confiança com outros países e, potencializando a prática de cooperação bilateral entre os atores envolvidos. Em outras palavras, os países acabam se utilizando de plataformas multilaterais para que se aproximem e encontrem interesses em comum, aprofundando suas relações através da cooperação bilateral.

Conclusão

O protagonismo brasileiro dentro da CPLP e da ZOPACAS demonstra sua capacidade e maturidade no que diz respeito à cooperação Sul-Sul inclusive em Segurança e Defesa. Este fator traz ao Brasil reconhecimento como *player* global e regional, sendo importante como prestador de cooperação multilateral e bilateral.

Observa-se também que Angola vem buscando certo protagonismo dentro dos fóruns da CPLP e ZOPACAS e desta forma, o Estado se utiliza destes meios para se projetar internacionalmente. A proposta da revitalização da ZOPACAS e o posto de presidência parlamentar rotativa assumido por Angola dentro da CPLP deixam claras estas ambições angolanas.

Devido a uma tradição histórica e a características em comum compartilhadas por Brasil e Angola, a cooperação entre estes dois países pode se dar em diversos campos. Estes fatores, atrelados ao fato de que ambos dividem uma fronteira marítima (representada pelo Atlântico Sul) possibilitam que a cooperação no âmbito da Segurança e Defesa possa atuar de maneira positiva tanto na construção e solidificação dos laços de confiança entre os países envolvidos, como na manutenção da paz na área do Atlântico Sul. Esta cooperação acaba suprimindo as falhas e necessidades que os países da costa ocidental africana têm para defender a zona e auxilia para que a área do Atlântico Sul permaneça pacífica.

A cooperação em S&D também se mostra vantajosa para a indústria bélica brasileira, que enquanto reestrutura as capacidades militares dos países necessitados, também gera lucro interno aumentando os níveis de exportações e cria emprego no Brasil. Além disso, esse processo incentiva o desenvolvimento de ciência e tecnologia.

Desta maneira, nota-se que a cooperação Sul-Sul entre Brasil e Angola no campo da Defesa representa vantagens para ambos os envolvidos tanto no que diz respeito à manutenção da paz na região como no fortalecimento dos laços das nações envolvidas e no alcance de suas ambições de projeção internacional.

Referências

ABC- Agência Brasileira de Cooperação. **Cooperação na área da defesa**. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarnoticia/499>. Acesso em 08 nov. 2014.

ABC. **Projetos de Cooperação Sul-Sul**. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>. Acesso em 09 nov. 2014

ABDENUR, A. E.; DE SOUZA NETO, D. M. **O Brasil e a cooperação em defesa: a construção de uma identidade regional no Atlântico Sul**. Revista Brasileira de Política Internacional. 57 (1), p. 5-21. 2014

AGUILAR, S. L. C.. **Atlântico Sul**: As relações do Brasil com os países africanos no campo da segurança e defesa. Austral: Revista brasileira de Estratégia e Relações Internacionais. vol.2, n.4, p.49-71, jul/dez. 2013.

AMORIM, S. G. Perspectivas Brasileiras na Convergência entre o SISBIN e a ZOPACAS. Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais - AUSTRAL, v. 2, n. 4, jul/dez 2013, p. 11-31

ANGOLA EMBASSY. **Angola assume presidência da assembleia parlamentar da AP-CPLP**. Disponível em: <http://www.angolaembassy.eu/presse/index.php/82-angola/459-angola-assume-presidencia-da-assembleia-parlamentar-da-ap-cplp>. Acesso em 16 nov. 2014.

ANGOLA; BRASIL. **Memorando de Entendimento Técnico Entre o Ministério da Defesa da República do Brasil e o Ministério da Defesa Nacional da República de Angola no Âmbito da Cooperação Sobre o Programa de Desenvolvimento do Poder Naval de Angola - PRONAVAL.** Brasília, 05 set. 2014. Disponível em: http://defesa.gov.br/arquivos/2014/mes09/memorando_de_entendimento_brasil_angola.pdf . Acesso em 06 nov. 2014.

BANCO MUNDIAL; IPEA. **Ponte sobre o Atlântico** o Brasil e África Subsaariana Parceria Sul-Sul para o crescimento. Brasília, 2011. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=12637 Acesso em 08 nov. 2014.

CALDAS, A. de O. **A ZOPACAS e o Brasil:** o discurso e as práticas brasileiras na iniciativa de paz e cooperação do Atlântico Sul. Brasília. UNB, 2013. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/7908/1/2013_AdersondeOliveiraCaldas.pdf . Acesso em 16 nov.2014.

CERVO, A. L.; BUENO, C. **História da política exterior do Brasil.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

COELHO, V. C.. **O esboço de uma diplomacia militar brasileira na África durante o governo Lula:** oportunidades para a indústria de defesa brasileira. III Encontro de Geografia-a geografia e suas vertentes reflexões. IV semana de ciências humanas.Anais. Instituto Federal Fluminense. Campos Goytacazes, RJ. 16-19 nov., 2010.

CORREA FILHO, S. L. S. et al..**Panorama sobre a indústria de defesa e segurança no Brasil.** BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 38, p. 373-408, set. 2013. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set3810.pdf . Acesso em 01 dez.2014.

CORREA, M. L. **Prática comentada da cooperação internacional:** Entre a hegemonia e a busca de autonomia. Brasília: [s.n], 2010.

DEFESANET. **Angola compra seis aviões militares brasileiros da Embraer.** Defesanet. 2013. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/aviacao/noticia/9759/Angola-compra-seis-avioes-militares-brasileiros-da-Embraer/>. Acesso em 06 nov. 2014.

GLOBAL FIRE POWER. **Countries Ranked by Military Strength- 2014.** Disponível em: <http://www.globalfirepower.com/countries-listing.asp>. Acesso em 09 nov. 2014.

JORGE, N. R. **O Brasil e a Comunidade Lusófona na África: Relações Atuais e perspectivas de aprofundamento.** In: ACIOLY, L. ; DE MORAES, R. F.(orgs); prospectiva, estratégias e cenários globais: visões de Atlântico Sul, África Lusófona, América do Sul e Amazônia. Brasília: IPEA, 2011. P. 117-127

MRE. 2010. **"Declaração Conjunta sobre o Estabelecimento de Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola"**. Brasília, 23 de junho.

OLIVEIRA, N. **Cooperação Sul-Sul entre Brasil e Angola no Campo da Defesa.** 2015. 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Amapá- UNIFAP, Amapá, 2015.

PENHA, E. A. **A Fronteira oriental brasileira e os desafios da segurança regional no Atlântico Sul.** Revista da Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, vol.18, n.1, p.113-134, jan/jun. 2012.

PORTAL BRASIL. **Brasil amplia cooperação com países africanos.** Brasil. 2013. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2013/11/brasil-amplia-cooperacao-com-paises-africanos> Acesso em 19 out. 2014.

SAMPAIO, M. Cronologia 1974-2002: **Das independências ao fim da guerra em Moçambique e Angola.** DW. 2013. Disponível em: <<http://www.dw.de/cronologia-1974-2002-das-independ%C3%A7%C3%A3o-ao-fim-da-guerra-em-mo%C3%A7ambique-e-angola/a-17280940>> acesso em 28 ago. 2014

SARAIVA, J. F. S. **Política exterior do Governo Lula: o desafio africano.** Revista brasileira de Política Internacional, Brasília, vol. 45, p. 5-25, 2002.

VAZ, C. A. M.; MIGON, E. E. F. G. **O Brasil e as alternativas para o incremento da cooperação em segurança & defesa na zona de paz e cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).** Revista da Escola Superior de Guerra, v. 28, n. 56, p. 110-131, jan/jun. 2013.

VIGEVANI, T & CEPALUNI, G. **A política externa de Lula da Silva: A estratégia da autonomia pela diversificação.** Contexto Internacional. v. 29, n.2, julho/dezembro de 2007. p. 273-335.

VISENTINI, P. F, RIBEIRO, L. D. T., PEREIRA, A. D..**História da África e dos africanos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2013

ZOPACAS. **VII Encontro Ministerial da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul ZOPACAS-Declaração de Montevideú.** Montevideú. 16, jan. 2013. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/geopolitica/noticia/9324/zopacas----declaracao-de-montevideu->. Acesso em: 08 nov. 2014

ZOPACAS. **VII Encontro Ministerial da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul ZOPACAS- Plano de Ação de Montevideú.** Montevideú. 15, jan. 2013. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/geopolitica/noticia/9323/zopacas---plano-de-acao-de-montevideu> . Acesso em 08 nov. 2014.

Defense and Security Cooperation between Brazil and Angola

Abstract

This work aimed to analyze the South-South cooperation practices between Brazil and Angola in the field of defense through the activities carried on in bilateral and multilateral ways (CPLP and ZPCSA). Since Brazil's foreign policy toward Africa is strongest under Lula's presidency and most of the Security and defense agreements are signed during Dilma Rousseff administration, the time frame takes place between Luiz Inacio Lula da Silva administration (2003-2010) and the first Dilma Rousseff administration (2011-2014). Our guiding question seeks to understand whether multilaterally signed cooperation activities have some influence in the creation of practical bilateral cooperation in security and defense between the nations involved. Our methodology consists of documentation analysis of cooperation agreements on defense signed between Brazil and Angola, within the ZPCSA and CPLP and bibliography on the subject. Our results show that cooperation in security and defense happened to be advantageous for the Brazilian defense industry as well. While it restructures the military capabilities of countries in need, it also generates internal profit increasing levels of export and creating jobs in Brazil. In addition, this process encourages the development of science and technology.

Keywords: South-South Cooperation. Defense. Brazil. Angola. CPLP. ZPCSA.